

1. Renar Maçãs S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

2. Contexto Operacional

A Renar Maçãs S.A. ("Companhia") foi constituída em NOV/62 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28/DEZ/04.

Em 02/DEZ/09 a Renar Maçãs S.A e a Pomifrai Fruticultura S.A firmaram, juntamente com os acionistas da Pomifrai e outros, um Acordo de Incorporação ("Acordo de Incorporação"), visando viabilizar a associação estratégica entre as companhias, objetivando unificar suas operações mediante a incorporação das ações de emissão da Pomifrai pela Renar Maçãs, nos termos do art. 252 da Lei nº 6.404/76 ("Associação Estratégica").

A assinatura do acordo de incorporação foi autorizada pelo conselho de administração da Renar Maçãs, em reunião realizada em 02/DEZ/09.

Em 28/SET/10 a Companhia realizou AGE, que conforme deliberação (iv): Aprovou a incorporação de ações, convertendo-se a Pomifrai em subsidiária integral da Companhia, nos termos do artigo 252 da lei nº 6.404/76 e conforme estabelecido no protocolo e justificação, no qual foi fixada uma relação de substituição de 1,5 (uma e meia) ação ordinária de emissão da Companhia para cada 1 (uma) ação de emissão da Pomifrai a ser incorporada ("Relação de Substituição"), totalizando uma emissão, pela Companhia, de 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal ("Novas Ações").

3. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como consolidado – BR GAAP.

As praticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as diretrizes da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pelos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis, aplicáveis à Companhia, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela CVM e Conselho Federal de Contabilidade.

As informações contábeis do exercício consolidadas e individuais estão sendo apresentadas de acordo com o IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, emitido pelo *International Accounting Standards Board*– IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil para apresentação das demonstrações contábeis (CPC 26).

As informações contidas neste relatório estão apresentadas de forma consolidada e foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Renar Maçãs S.A em 12/MAR/14.

A avaliação do investimento em controlada é apresentada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente, o que diverge das IFRSs, nas quais a exigência é para que a avaliação desses investimentos nas demonstrações da controladora seja pelo seu valor justo ou pelo custo.

4. Principais Práticas Contábeis

4.1 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

4.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

4.2.1 Ativos financeiros

São mensurados ao valor justo por meio do resultado, e incluem ativos financeiros disponíveis para negociação no curto prazo e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado na linha de receitas ou despesas financeiras quando incorridos.

Os principais ativos financeiros, reconhecidos pela Companhia, são caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras em fundos de renda fixa com rendimento diário, contas a receber de clientes, contas a receber por alienação de bens do ativo imobilizado. A Companhia não identificou ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

4.2.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como não mensurados ao valor justo e compostos por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa (Disponibilidades)

Incluem: caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras, classificadas como equivalentes de caixa, são ativos financeiros disponíveis para negociação.

4.4 Clientes

As contas a receber de clientes são apresentadas a valores de realização, com atualização cambial, quando denominadas em moeda estrangeira, e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

4.5 Estoques

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização.

4.6 Imobilizado

Na Controladora o ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, incluindo os bens adquiridos por arrendamento mercantil, deduzido da depreciação acumulada, atualizado monetariamente até 31/DEZ/95.

As depreciações são calculadas pelo método linear, observadas as taxas anuais informadas na nota 10.

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29/DEZ/06, novas taxas de depreciação foram aplicadas aos pomares, edificações urbanas e rurais, a partir de JAN/07, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar.

A reavaliação ocorrida em 2006 também contemplou ativos não depreciáveis, como terrenos. Na época não foram contabilizados os correspondentes tributos, em atendimento à prática contábil vigente naquele momento (Lei 6404/76). Contudo, em 2010, para atender a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado, a administração efetuou registro contábil a débito de conta retificadora da reserva de reavaliação e a crédito de provisão para imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

Em virtude dos ativos da Companhia serem constituídos, principalmente, de imóveis e implementos rurais, foi contratada a empresa Rosfil Cadastramento e Gerenciamento Patrimonial Ltda., CNPJ 00.593.896/0001-60, qualificada para desenvolver os trabalhos visando atender os CPC's 01 e 27. Em relação ao Pronunciamento CPC 01 que se refere à redução ao valor recuperável de ativos, foram aplicados os procedimentos, e não foi constatado a necessidade do registro de ajustes, uma vez que o valor de uma possível venda do Ativo Imobilizado, ultrapassa o valor contabilizado (saldo residual) e o CPC 27 que prescreve, que o método de depreciação utilizado pela entidade deve refletir o modelo de previsão de consumo (vida útil) dos benefícios econômicos do ativo, foi atendido.

Na controlada os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

Na controlada e na controladora a administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, especialmente o imobilizado, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Essas perdas, quando necessárias, são classificadas como outras despesas operacionais. Em 31/DEZ/13 a Administração não identificou a necessidade do registro de provisão para desvalorização no imobilizado.

4.7 Intangível

Corresponde às marcas, registradas ao custo de aquisição e não ultrapassa o valor de realização. Estes ativos possuem vida útil indefinida e são submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável.

4.8 Outros Ativos e Passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

4.9 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa a administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

4.10 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL"), abrangendo imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporárias não dedutíveis ou exclusões de receitas temporárias não

tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.11 Informações da Consolidação

Controlada é toda a entidade cuja política financeira e operacional pode ser conduzida pela Companhia e na qual normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis, são levados em consideração para constatar que a Companhia controla outra entidade. Uma controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixa de ser consolidada a partir da data em que o controle cessa.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios.

As operações entre a Companhia e sua Controlada, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações e seus efeitos tributários, foram eliminados. As políticas contábeis da controlada foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Renar Maçãs S/A e sua subsidiária integral Pomifrai Fruticultura S/A a qual também é controladora da Pomifrai Alimentos Ltda.

4.12 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração, para determinação do valor a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a provisão para contingências. A liquidação das transações, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas regularmente.

4.13 Lucro ou Prejuízo por ação

O cálculo é efetuado segundo a equação "lucro líquido/prejuízo/ quantidade de ações em circulação" no encerramento de cada exercício.

4.14 Alteração procedimento de cálculo dos custos apurados

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Sob este aspecto, anteriormente todo o montante apurado de custos era agregado ao estoque e baixado/calculado conforme sua venda

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

mensal, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem).

A Companhia na busca de melhoria e simplificação de seus procedimentos quanto a apuração do custo dos produtos vendidos (fruta), entende que a melhor forma de demonstrar a apuração do CPV mensal, calculado sobre os estoques formados (colhidos) de maçãs disponíveis para venda é, considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a Fruta Industrial (na sua maioria vendida diretamente do pomar para a indústria), passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

Nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação, do Packing House em seu custo.

Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV.

5. Disponibilidades

5.1. Caixas e Equivalentes de Caixa

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/13	31/DEZ/12	31/DEZ/13	31/DEZ/12
Caixa	2	15	4	23
Bancos	89	499	107	504
Aplicações financeiras	1.058	-	1.569	387
Total Geral	1.149	514	1.680	914

A aplicação financeira realizada na controladora, no Bic Banco, em CDB, é remunerada a taxa do CDI (100%), e na controlado no Banco do Brasil S.A é remunerada a taxa do CDI (90%).

6. Clientes

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/dez/13	31/DEZ/12	31/dez/13	31/DEZ/12
Duplicatas a Receber	7.636	4.532	10.725	7.722
Duplicatas Descontadas - Bancos	(2.251)	(487)	(3.958)	(2.252)
Duplicatas Descontadas (Pomifrai)	-	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.831)	(2.947)	(4.231)	(4.348)
Total	2.554	1.098	2.536	1.122

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável.

A composição das Contas a Receber por idade de vencimento é:

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/dez/13	31/DEZ/12	31/dez/13	31/DEZ/12
Vencidas até 30 dias	193	280	215	676
Vencidas de 31 a 60 dias	40	5	40	13
Vencidas de 61 a 90 dias	-	-	2	-
Vencidas de 91 a 180 dias	10	95	10	96
Vencidas a mais de 181 dias	3.411	2.947	4.778	4.283
Total vencidas	3.654	3.327	5.045	5.068
A vencer	3.982	1.205	5.680	2.654
Total Duplicatas	7.636	4.532	10.725	7.722

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa esta demonstrada a seguir:

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/dez/13	31/DEZ/12	31/dez/13	31/DEZ/12
Saldo inicial	(2.947)	(2.634)	(4.348)	(3.846)
Adições	-	(321)	-	(544)
Recuperações	116	8	117	42
Total	(2.831)	(2.947)	(4.231)	(4.348)

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face as eventuais perdas na realização dos créditos.

A Companhia não requer garantias sobre à venda a prazo.

7. Estoques

A composição dos estoques está demonstrada a seguir:

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/13	31/DEZ/12	31/DEZ/13	31/DEZ/12
Maçãs Próprias	-	-	30	-
Produtos em Formação (Safr de Maçãs)	9.140	8.220	9.140	8.220
Material Consumo e Reposição	2.403	2.677	2.446	3.212
Armazenagem para Terceiros	-	-	-	160
Terrenos à Venda	-	-	-	6.468
Polpa Congelada	-	-	169	16
Outros	-	-	19	25
Total	11.543	10.897	11.804	18.101

8. Tributos a Recuperar

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/13	31/DEZ/12	31/DEZ/13	31/DEZ/12
Ativo Circulante	9	8	2.580	2.338
IRRF sobre Aplicação Financeira	9	8	50	50
ICMS	-	-	48	121
PIS	-	-	347	293
COFINS	-	-	1.702	1.442
Contribuição Social s/Lucro	-	-	12	11
Crédito Presumido IPI a Recuperar	-	-	421	421
Ativo Não Circulante	7.586	7.984	11.208	11.766
ICMS	778	783	878	941
PIS	1.200	1.425	1.779	2.022
COFINS	5.608	5.776	8.551	8.803
Total	7.595	7.992	13.788	14.104

IRRF – Correspondente ao IR retido na fonte sobre aplicações financeiras

ICMS – O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do Ativo Imobilizado.

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	PIS	COFINS	PIS	COFINS
Saldo em 31/DEZ/12	668	2.998	1.554	7.175
Pedidos em análise na SRF	608	2.739	720	3.254
Compensação	(112)	(292)	(206)	(712)
Saldo em 31/DEZ/13	1.164	5.445	2.068	9.717

Os montantes de PIS e de COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades da Companhia. Foi requerido, administrativamente, junto à Secretaria da Receita Federal, amparada no art. 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a restituição de R\$ 6.609 mil que se encontra passível de análise pelos auditores fiscais. Na controlada o montante é de R\$ 5.176 mil, esses créditos já estão sendo analisados pela Receita Federal, totalizando um acréscimo de R\$ 3.056 mil, frente 31/DEZ/12.

9. Adiantamentos a Fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores correspondem, em grande parte, aos valores adiantados a produtores rurais, com os quais a Companhia possui contratos para a preparação da safra. Os adiantamentos estão garantidos pelo recebimento das frutas por meio de cédulas de produto rural (CPR).

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/13	31/DEZ/12	31/DEZ/13	31/DEZ/12
Adiantamento Fornecedores	959	767	1.068	896
PCLD Adiantamento Fornecedores	(570)	(570)	(570)	(570)
Total	389	197	498	326

10. Valores a Receber de Bens Destinados a Venda

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores.

Estes valores já encontram-se vencidos, os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados a lavratura das escrituras, que ainda depende da finalização do georreferenciamento das áreas.

10.1. Controladora

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Renar Maçãs S/A Terreno ou Imóvel	Valor Original da Venda em milhares de reais	Saldo 31/DEZ/13 milhares de reais	Vencimento Final	Forma de Recebimento
Área de 2.304.100,00 m²	2.600	368	31/12/2013	Equivalente a 115 mil sacas de milho de 60 kg.
Área de 4.141.398,84 m²	6.400	3.195	31/12/2015	entrega de embalagens(caixas de papelão) fornecidas de acordo com o "Contrato de Fornecimento" de 15.03.11.
Área de 716.600,00 m²	1.184	500	31/12/2013	251 mil reais na assinatura do contrato; 433 mil reais em 30.05.2012 e 500 mil reais mediante assunção de dívida junto ao BRDE.
Área de 3.269.509,67 m²	4.100	556	31/12/2013	2.500 mil reais na assinatura do contrato; 550 mil reais na assinatura contrato, arrendo 89,81 hectares de pomar; 1.050 mil reais mediante assunção de dívida junto ao BRDE.
Área de 1.115.200,00 m²	1.776	888	31/12/2013	444 mil reais na assinatura do contrato; 444 mil reais crédito custeio safra 888 mil reais de instituições financeiras
Área de 968.900,00 m²	1.536	736	31/12/2013	200 mil reais em 02.10.2012 300 mil reais em 25.11.2012 300 mil reais em 01.03.2013 736 mil reais de instituições financeiras
Área de 4.183.669,38 m²	7.300	4.094	20/4/214	2.900 mil pgto dívida Banco Safra, Bradesco, Basf S 1.100 mil pgto dívida Banco Safra 1.100 mil pgto dívida Banco Safra 1.100 mil pgto dívida Banco Safra 1.100 mil pgto dívida Banco Safra
Total	17.596	10.337		

10.2. Controlada

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Pomifrai Fruticultura S/A Terreno ou Imóvel	Valor Original da Venda em milhares de reais	Saldo 31/DEZ/13 milhares de reais	Vencimento Final	Forma de Recebimento
Área de 1.359.251,00 m²	1.900	1.400	31/12/2013	300 mil reais em moeda corrente através transferência bancária, 200 mil reais crédito COOCAM, 450 mil reais entrega floresta de pinus e 950 mil reais financiamento BRDE.
Área de 1.200.203,70 m² Área de 544.590,93 m²	2.420	1.620	31/12/2013	800 mil reais em moeda corrente através transferência bancária, 420 mil reais entrega floresta de pinus e 1.200 mil reais financiamento BRDE.
Área de 600.101,85 m²	1.020	1.020	31/12/2013	1.020 mil reais quando da outorga da escri- tura pública do imóvel livre e desembaraça- do de quaisquer ônus.
Área de 600.101,85 m²	1.020	510	31/12/2013	170 mil reais, na data da assinatura do contrato; 170 mil reais, 30 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 60 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 90 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 120 dias da assinatura do contrato; 170 mil reais, 150 dias da assinatura do contrato.
Área de 380.000,00 m²	874	437	31/12/2013	104 mil reais em moeda corrente através transferência bancária. 437 mil reais mediante assunção de dívida junto ao BRDE.
Área de 380.000,00 m²	874	437	31/12/2013	104 mil reais em moeda corrente através transferência bancária. 437 mil reais mediante assunção de dívida junto ao BRDE.
Área de 380.000,00 m²	874	437	31/12/2013	104 mil reais em moeda corrente através transferência bancária. 437 mil reais mediante assunção de dívida junto ao BRDE.
Área de 1.234.200,00 m² Área de 1.234.200,00 m² Área de 1.234.200,00 m² Área de 3.785.538,00 m² Área de 347.764,49 m² Área de 253.716,23 m² Área de 1.125.721,00 m²	12.772	724	31/12/2013	2.322 mil reais em moeda corrente através transferência bancária. 1.197 mil reais concessão crédito -COOPERCON 2.339 mil reais condicionado a anuência do interveniente anuente 6.914 mil reais mediante financiamento BRDE
Área de 2.020.000,00 m²	2.400	600	31/12/2013	600 mil reais em moeda corrente através transferência bancária. 600 mil reais em moeda corrente através transferência bancária. 1.200 mil reais condicionado a anuência do interveniente anuente
Área de 1.113.200,00 m²	1.409	650	31/12/2013	809 quitação crédito debitos pelos compradores d rentes serviços prestados área tributária. 600 mediante liberação hipoteca.
Área de 2.172.52,00 m² Área de 5.749.119,18 m² Área de 50.368,41 m² Área de 803.129,21 m² Área de 96.800,00 m² Área de 131.000,00 m² Área de 119.500,00 m² Área de 522.954,00 m²	20.700	9.600	20/02/2014	5.900 mil pgto divida Banco Safra, Bradesco 3.700 mil pgto divida Banco Safra 3.700 mil pgto divida Banco Safra 3.700 mil pgto divida Banco Safra 3.700 mil pgto divida Banco Safra
Total	46.263	17.435		

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Os valores das parcelas atreladas ao preço da saca do milho de 60 kg, são atualizados com base na cotação em 31/DEZ/13.

10.3. Consolidado

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/13	31/12/2012	31/DEZ/13	31/12/2012
Circulante	5.326	11.201	22.161	19.104
Não Circulante	5.011	4.511	5.611	4.511
Total	10.337	15.712	27.772	23.615

11. Imobilizado

11.1 Imobilizado Controladora

Descrição	Consolidado					
	31/DEZ/13					
	Saldo	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Residual
	31/DEZ/12	31/DEZ/13	31/DEZ/13	31/DEZ/13	31/DEZ/13	31/DEZ/13
Imobilizado Próprio em Operação	21.150	82	-	(3.800)	(1.943)	15.489
Edificações	6.922	-	-	(115)	(296)	6.511
Benfeitorias	940	3	-	(237)	(106)	600
Culturas Permanentes	8.203	-	-	(3.025)	(693)	4.485
Máquinas e Equipamentos	2.482	4	-	(381)	(354)	1.751
Câmaras Frigoríficas	2.394	5	-	0	(436)	1.963
Veículos e Tratores	141	66	-	(38)	(29)	140
Móveis e Utensílios	68	4	-	(4)	(29)	39
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	31	-	-	0	(2)	29
Vestário/Banheiros Vacaria	31	-	-	0	(2)	29
Reavaliações	18.575	-	-	(3.671)	(497)	14.407
Terrenos	9.197	-	-	(3.597)	0	5.600
Edificações e Benfeitorias	9.039	-	-	(28)	(463)	8.548
Culturas Permanentes	339	-	-	(46)	(34)	259
Imobilizado	39.756	82	-	(7.471)	(2.442)	29.925
Intangível	130	-	-	0	(34)	96
Total	39.886	82	-	(7.471)	(2.476)	30.021

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

11.2 Imobilizado Consolidado

Descrição	Consolidado					
	31/12/13					
	Saldo	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Residual
	31/DEZ/12	31/12/13	31/12/13	31/12/13	31/12/13	31/12/13
Imobilizado Próprio em Operação	41.420	295	-	(4.232)	(4.030)	33.453
Terrenos	613	-	-	(286)	-	327
Edificações	15.823	6	-	(145)	(962)	14.722
Benfeitorias	968	3	-	(237)	(108)	626
Culturas Permanentes	14.137	-	-	(3.025)	(1.591)	9.521
Máquinas e Equipamentos	7.121	134	-	(474)	(777)	6.004
Câmaras Frigoríficas	2.100	5	-	-	(436)	1.669
Veículos e Tratores	475	143	-	(57)	(109)	452
Móveis e Utensílios	183	4	-	(8)	(47)	132
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	31	-	-	-	(2)	29
Vestibário/Banheiros Vacaria	31	-	-	-	(2)	29
Imobilizações em Andamento	223	51	-	(64)	-	210
Benfeitorias	109	51	-	(64)	-	96
Florestas em Formação	114	-	-	-	-	114
Reavaliações	18.575	-	-	(3.671)	(497)	14.407
Terrenos	9.197	-	-	(3.597)	-	5.600
Edificações e Benfeitorias	9.039	-	-	(28)	(463)	8.548
Culturas Permanentes	339	-	-	(46)	(34)	259
Ajuste Patrimonial	35.268	-	-	(8.812)	(2.310)	24.146
Terrenos	9.767	-	-	(8.614)	-	1.153
Edificações	2.341	-	-	(3)	(127)	2.211
Benfeitorias	2	-	-	-	-	2
Máquinas e Equipamentos	8.030	-	-	(107)	(813)	7.110
Câmaras Frigoríficas	13.687	-	-	-	(1.141)	12.546
Veículos e Tratores	1.380	-	-	(72)	(219)	1.089
Móveis e Utensílios	61	-	-	(16)	(10)	35
Imobilizado	95.517	346	-	(16.779)	(6.839)	72.245
Intangível	287	40	-	-	(39)	288
Total	95.804	386	-	(16.779)	(6.878)	72.533

Registrados ao custo de aquisição ou formatação mais ajustes patrimoniais realizados conforme legislação pertinente.

12. Fornecedores

Todos os Fornecedores de insumos necessários à fomentação da próxima safra, bem como o fornecimento de embalagens e demais materiais, necessárias para as operações da Companhia, foram garantidos por pagamentos ou renegociações para liquidação futura. O somatório desta ação possibilitou uma retomada do crédito, melhorando inclusive nossa capacidade de negociação comercial, junto a fornecedores e instituições financeiras.

Os prazos médios obtidos junto a nossos principais fornecedores são: embalagens 45 dias, manutenção e outros 30 dias e os contratos de prestação de serviços a grande maioria em torno de 30 dias.

13. Empréstimos e Financiamentos

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Os empréstimos e financiamentos foram atualizados com base nas taxas dos respectivos contratos, e possuem as seguintes principais características e valores:

Renar Maçãs S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Em milhares de reais	
				31/DEZ/13	31/DEZ/12
Bancos Comerciais/ACC - Santander	NP / Aval	8,63%	JUN/13	506	1.671
Bancos Comerciais/ACC - Santander	NP / Aval	16,39%	DEZ/13	-	366
Bancos Comerciais/GIRO - NBC Banck	NP / Aval	14,74%	JUN/14	383	538
Bancos Comerciais/GIRO - CC	NP / Aval	21,98%	MAI/13	52	979
Bancos Comerciais/GIRO - Safra S/A	NP / Aval	9,86%	AGO/13	10.626	23.446
Bradesco/Modernização frota	Veículos	8,33%	SET/13	-	55
Badesc/Automação Agropecuária	Tratores	12,10%	JUN/13	-	309
BRDE/Renegociação	Imoveis	8,53%	NOV/21	16.758	18.007
BRDE/Renegociação	Imoveis	11,09%	NOV/17	-	11.719
BADESC/BNDES-PESA	Imoveis	1,12%	AGO/18	357	17
BANCO BRADESCO-PESA	Imoveis	1,20%	JUN/20	90	110
BANCO BRASIL -PESA	Imoveis	1,16%	JUN/19	469	89
BESC-PESA	Imoveis	2,84%	OUT/25	151	437
Total de Empréstimos e Financiamentos				29.392	57.743
Parcela no Circulante				15.245	30.483
Parcela no Não Circulante				14.147	27.260

Em 31/DEZ/13, o montante não circulante na Controladora tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Em milhares de reais
2.015	2.033
2.017	4.068
Após 2017	8.046

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Pomifrai Fruticultura S/A Instituições Financeiras	Garantias	Taxa Anual Contrato	Vencimento Final	Em milhares de reais	
				31/DEZ/13	31/DEZ/12
Bancos Comerciais/GIRO - Lemon (Leme)	NP - Aval	21,68%	MAI/13	483	980
PESA - BESC S/A	Imoveis	3,26%	OUT/22	70	237
PESA - BADESC S/A	Imoveis	2,08%	AGO/18	11	10
PESA - BRADESCO S/A	Imoveis	4,58%	AGO/18	180	
BRDE-SC-REPARCELAMENTO	Imoveis	8,61%	NOV/21	28.867	26.268
Total de Empréstimos e Financiamentos				29.611	27.495
Parcela no Circulante				4.653	3.543
Parcela no Não Circulante				24.958	23.952

Em 31/DEZ/13, o montante não circulante na Controlada tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Em milhares de reais
Após 2017	24.958

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.

Total de Empréstimos e Financiamentos Consolidados	Em milhares de reais	
	31/DEZ/13	31/DEZ/12
Total de Empréstimos e Financiamentos	59.003	85.238
Parcela no Circulante	19.898	34.026
Parcela no Exigível a Longo Prazo	39.105	51.212

13.1. Capital de giro

São contratos de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia no curto prazo.

13.2. Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)

São contratos de linhas de crédito para exportações futuras, com vencimento no curto prazo.

13.3. Investimento e Expansão

Financiamentos de longo prazo junto a bancos de fomento ou outras instituições financeiras, para investimento na safra de produção. Todos com vencimentos acima de um ano.

13.4. Empréstimos Securitizados

Com o objetivo de renegociar dívidas originárias de crédito rural e equalizar os respectivos encargos financeiros à realidade econômico-financeira, foi aprovada em NOV/95 a Lei nº 9.138, posteriormente regulamentada pela Resolução nº 2.471 do Banco Central de 26 /FEV/98, as quais juntas estabeleceram as diretrizes do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA.

No programa foi condicionada à aquisição, pelos devedores, por intermédio da instituição financeira credora, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, os quais foram entregues ao credor em garantia do principal.

Com base na Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, a Companhia securitizou dívidas junto às instituições financeiras por meio da aquisição de Certificados do Tesouro Nacional - CTN cedidos em caráter irrevogável e irretroatável para as Instituições Financeiras credoras como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida.

Os referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O saldo devedor referente ao valor principal da dívida é corrigido de acordo com o IGP-M até o vencimento final da renegociação, também em 20 anos, quando será integralmente quitado mediante o resgate dos CTNs oferecidos em garantia.

Tendo em vista que os CTNs terão o mesmo valor de face do saldo devedor na data de vencimento, a Companhia entende que não haverá a necessidade de qualquer desembolso adicional de caixa para a liquidação da dívida relativa ao PESA e seu registro foi efetuado como redução do principal da dívida, ambos ajustados a valor presente.

O desembolso da controladora durante os 20 anos de vigência da securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3% e 5% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo. Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras de acordo com o valor destes desembolsos futuros ajustados a valor presente.

Juros incorridos e contabilizados no resultado de 2013, sobre financiamentos PESA acima mencionados montaram em R\$ 910 mil na controladora e de R\$ 1.616 mil no consolidado. Existe comprometimento contratual de juros a serem incorridos de valores semelhantes anualmente até em torno de 2020, atualizados pelo IGP-M. Os financiamentos PESA estão sujeitos a cumprimento de certas obrigações ("covenants") para manter as condições de juros futuros acima divulgados. A Companhia está em dia com o cumprimento das cláusulas desses financiamentos.

Sendo de conhecimento público que a essência do PESA é a eliminação da dívida então existente, face a compra de CTNs pelos devedores, fazendo com que o valor futuro dos títulos liquide integralmente a dívida (face à diferença de taxas entre a atualização da dívida e a atualização do título).

13.5. Renegociação de Passivos

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

A Companhia vem desenvolvendo diversas tratativas com as instituições financeiras com o objetivo de alongar o perfil da dívida e garantir adequada capacidade de pagamento.

Estas tratativas vem sendo desenvolvidas ao longo dos últimos meses, com êxito, já demonstrado no quadro acima. O que proporcionou a Companhia uma alteração significativa no perfil da dívida.

Com o resultado destas negociações, já realizadas, a Companhia conclui sua reestruturação financeira e está apta a priorizar esforços para acelerar o crescimento e retomar a rentabilidade historicamente apresentada.

13.6. Assunção Parcial da Dívida

Em 22/ABR/2013, a Companhia concretizou a negociação de Cédula de Crédito Bancário referente à assunção parcial de dívidas de responsabilidade da Renar Maçãs S/A e de sua Controlada Pomifrai Fruticultura S/A, referente aos contratos 23.522 e 23.523 respectivamente, refletindo em R\$ 11,6 milhões, que representa uma redução de R\$ 21,4% do total do endividamento junto ao nosso principal credor (BRDE) e 13,3% do endividamento total da Companhia, tendo efeito imediato no resultado, pela redução das atualizações mensais sobre os contratos de financiamentos.

Em dez de 2013 constava junto ao BRDE o valor de R\$ 660 mil vencido da Controladora e mais R\$ 518 mil da Controlada,

14. Partes Relacionadas

Os principais saldos de Ativos e Passivos em 31 de dezembro 2013 e 31 de dezembro de 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com Partes Relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

				Controladora			
				Ativo		Compra	
Descrição		Encargos	Vencimento	31/DEZ/13	31/DEZ/12	31/DEZ/13	31/DEZ/12
Pomifrai Fruticultura S/A	a	-	-	-	7.042	-	-
Pomifrai Alimentos Ltda	b	-	-	-	-	-	47
Pomifrai Fruticultura S/A	b	-	-	-	-	299	176
Renar Maçãs S/A	a	-	-	17.501	-	-	-
Total				17.501	7.042	299	223

a) Mútuo

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S/A, como a finalidade de viabilizar suas operações, não há a cobrança de encargos sobre o saldo e não foi firmado prazo para encerramento.

b) Compra

A Pomifrai Alimentos Ltda. comprou de suas Controladoras Pomifrai Fruticultura e Renar Maçãs S/A (controladora da Pomifrai Fruticultura S/A), maçãs destinadas à industrialização (polpa e maçã desidratada).

A Pomifrai Fruticultura S/A comprou de sua Controladora Renar Maçãs S/A, maçãs destinadas à industrialização (polpa e maçã desidratada).

15. Provisões para Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas e civis.

15.1 Provisões Trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos.

Em 31/DEZ/13, a controladora é parte em 27 ações trabalhistas (4 ações prováveis, 20 possíveis e 3 remotas), acrescida de 02 ações trabalhistas na controlada (2 possíveis), cujas obrigações estimadas apresentaram a seguinte movimentação:

Contingências Trabalhistas	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/DEZ/12	(152)	(152)
Constituição	(473)	(517)
Reversões	352	352
Saldo em 31/DEZ/13	(273)	(317)

As Ações trabalhistas demandam pedidos de horas extras, adicionais de insalubridade e acidente de trabalho.

Conforme a opinião dos consultores jurídicos constam reclamações trabalhistas, da controladora e da controlada nos montantes de R\$ 428 mil e R\$ 87 mil, respectivamente, cujas perdas são consideradas como possíveis, dos quais provisionamos 50% dos valores de causa (R\$ 214 mil da Controladora e R\$ 44 mil da Controlada).

15.2 Contingências Cíveis

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Contingências Cíveis	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/DEZ/12	-	-
Constituição	(184)	(209)
Reversões	5	5
Saldo em 31/DEZ/13	(179)	(204)

Em 31/DEZ/13, a controladora é parte em 33 ações cíveis, sendo que em 17 ações figura como autora (10 remotas 6 possíveis e 1 provável), e 16 ações como réu (07 remotas, 06 possíveis e 3 prováveis), acrescida de 08 ações cíveis na controlada sendo 06 ações que figura como autora (3 remotas e 3 prováveis) e 02 ações como réu (1 remota e 1 possível).

Conforme a opinião dos consultores jurídicos, constam ações judiciais da controladora como autora o montante de R\$ 639 mil cujo a ganho é considerado possível, e como réu o montante de R\$ 549 mil, cuja perda é considerada como possível, e da controlada o montante de R\$ 50 mil, como réu, cuja perda é considerada como possível.

15.3 Provisão da Garantia de Preço Mínimo sobre Ações

Com base no termo de incorporação, a cláusula décima primeira, estabelece uma garantia de preço mínimo aos acionistas de R\$ 1,00 (um real) por ação, para 18.000.000 (dezoito milhões) de ações por um prazo de 3 (três) anos contados da data de aprovação da Incorporação pela AGE. Com base no preço bruto médio por nova ação alienada no período em questão, a eventual diferença será paga ao final de 03 (três) anos, no prazo de 60 (sessenta) dias após o comunicado de intenção da venda dos antigos controladores da Pomifrai Fruticultura S/A, observado o cronograma previsto na cláusula décima: no máximo 6.000.000 (seis milhões) de ações por ano, sendo no máximo 800.000 (oitocentas mil) ações por mês e no máximo 50.000 (cinquenta mil) ações por dia, ou seja, as vendas não são cumulativas.

O encerramento do prazo de comercialização destas ações, conforme previa o acordo de incorporação, ocorreu em 2013. A Companhia constatou que houve quebra da regra prevista quanto ao limite de vendas, anual, mensal e diário por parte de um dos controladores Pomifrai, de acordo com a Cláusula Décima Primeira, item 11.1.3 "A Companhia estará automaticamente desobrigada a pagar o Preço Garantido devido a um Controlador Pomifrai caso: (i) tal Controlador Pomifrai descumpra, a qualquer tempo, o cronograma de negociações estabelecido na Cláusula Décima".

Diante dos fatos, houve o estorno de parte do valor provisionado como garantia do Preço Mínimo das ações constituído até novembro/2013, deixando um saldo de R\$ 2.687 mil, para fazer face aos outros Controladores Pomifrai.

16. Tributos Diferidos

Na controladora os encargos tributários, mantidos sobre a reserva de reavaliação em 31/DEZ/2013 somam R\$ 4.168 mil (R\$ 5.073 mil em 31/DEZ/12), sendo R\$ 3,059 mil (R\$ 3.724 mil em 31/DEZ/12), a título de Imposto de Renda e R\$ 1.109 mil (R\$ 1.349 mil em 31/DEZ/12), a título de contribuição social, registrados no passivo não circulante.

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Na Controlada, foram procedidos os registros contábeis exigidos, e o valor dos tributos diferidos estão registrados nos montantes de R\$ 4.732 mil (R\$ 7.076 mil em 31/DEZ/12), a título de imposto de renda e R\$ 1.704 mil (R\$ 2.547 mil em 31/DEZ/12), de Contribuição Social, os quais reduziram à respectiva conta do Patrimônio Líquido em contrapartida a conta do Passivo Não Circulante.

Ainda, na empresa controlada permanece registrado um saldo de tributos diferidos de anos anteriores que totaliza R\$ 695 mil em 31/DEZ/13.

O saldo registrado na conta de tributos diferidos será realizado com base na alienação ou depreciação dos bens mantidos no ativo imobilizado.

17. Patrimônio Líquido

17.1 Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 126.986 mil, representado por 150.000.000 de ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Por deliberação do Conselho de Administração realizada em 05 de julho de 2011, foi aprovado o valor do Aumento de Capital que será de até R\$ 16.000 mil, mediante a emissão de até 40.000.000 (quarenta milhões) de novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,40 (quarenta centavos de real) por ação.

Em 21 de março de 2012 a Companhia concluiu este processo, e a 57ª Assembleia Geral Extraordinária de 30 de Janeiro de 2013 aprovou e incorporou o aumento ao Capital Social.

17.2 Reserva de Reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por peritos independentes por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembléia geral extraordinária de 29/DEZ/06.

O resultado desta reavaliação em 29/DEZ/06 está a seguir demonstrado (valores em milhares de reais):

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Descrição	Valor Reavaliado	Valor líquido contábil	Aumento
Terrenos Urbanos	4.147	1.046	3.101
Áreas Rurais	24.312	8.223	16.089
Benfeitorias Urbanas	15.169	5.541	9.628
Benfeitorias Rurais	3.948	960	2.988
Pomares de Maçãs	9.490	9.863	(373)
Reflorestamentos de Pinus	274	214	60
Total	57.340	25.847	31.493

O aumento do valor dos bens decorrente das reavaliações foi acrescido aos saldos do imobilizado e da reserva de reavaliação integrante do patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo não circulante com contra partida na rubrica reserva de reavaliação pelo valor de R\$ 4.159 mil em DEZ/06. O valor reavaliado das benfeitorias urbanas e rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus passou a ser depreciado, amortizado e exaurido com base na sua vida útil econômica remanescente estimada, conforme as taxas de depreciação, amortização e exaustão indicadas na nota 10.

17.3 Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil, a reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, aplicando-se o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação, e não excederá a 20% do capital social.

17.4 Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

Não haverá provisão/distribuição de dividendos, porque o lucro foi totalmente utilizado para compensação dos prejuízos acumulados.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Em 2013 foi constituída provisão para o imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social, por ter apurado lucro fiscal, assim constituído: na Controladora o montante de R\$ 544 mil a título de Imposto de Renda e R\$ 183 mil a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e na Controlada R\$ 3.716 mil de Imposto de Renda e R\$ 1.344 de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

19. Resultado Financeiro Líquido

Descrição	Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado	
	31/DEZ/13	31/DEZ/12	31/DEZ/13	31/DEZ/12
Despesas Financeiras	(11.409)	(10.639)	(15.472)	(16.297)
Juros e Despesas sobre Endividamento	(6.572)	(7.717)	(10.197)	(12.461)
Variações Monetárias Passivas	(189)	(400)	(189)	(427)
Variações Cambiais Passivas	(210)	(832)	(210)	(832)
Descontos e Bonificações Concedidos	(1.050)	(856)	(1.107)	(1.006)
Outros	(3.388)	(834)	(3.769)	(1.571)
Receitas Financeiras	693	122	804	227
Variações Monetárias Ativas	292	50	293	50
Variações Cambiais Ativas	322	30	322	31
Rendimentos de Aplicações Financeiras	9	-	14	25
Outras	70	42	175	121
Resultado Financeiro Líquido	(10.716)	(10.517)	(14.668)	(16.070)

20. Outras Despesas e Receitas

20.1. Outras Despesas Operacionais

O valor de R\$ 7.470 mil na controladora refere-se ao custo residual de aquisição de ativos imobilizados, quando da venda destes imóveis (Imóveis Rurais não utilizados nas atividades operacionais), R\$ 67 mil na controladora refere-se ao custo da erradicação de 67,04 hectares de pomares, e mais R\$ 1.311 outras despesas. E consolidado o montante de R\$ 24.668 mil tendo a mesma origem das despesas (Imóveis Rurais não utilizados nas atividades operacionais), R\$ 67 mil refere-se ao custo da erradicação de 67,04 hectares de pomares, e mais R\$ 1.421 mil de outras despesas.

20.2. Outras Receitas Operacionais

Tem sua origem na obtenção de recursos, com a venda de ativos imobilizados (Imóveis Rurais não utilizados nas atividades operacionais), na controladora R\$ 9.023 mil e consolidado R\$ 46.999 mil. As demais receitas não operacionais são R\$ 4.181 ref. ao estorno da provisão do preço mínimo conforme descrito na Nota 15.3, houve quebra da regra sobre o limite de vendas das ações, R\$1.994 referente a revisão dos créditos de PIS/COFINS não cumulativos, apurados através de

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Revisão/Recuperação dos créditos do período de jan/2007 a ago/2010, com levantamento de todos documentos e lançamentos do período, este realizado pela empresa de consultoria Stenstrasser e mais R\$ 67 mil demais receitas na controlada proveniente de arrendamento.

21. Instrumentos Financeiros

Considerações Gerais sobre Gerenciamento de Risco

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

21.1 Risco cambial

A Companhia exporta historicamente em torno de 8% de sua produção anual, porém em 2012 não houve exportações, em 2013 exportou somente 3,33%. O destino das exportações são principalmente a Europa e Ásia. Desse modo, a Companhia está sujeita ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados a moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira. Em 2013 a Companhia exportou 1.041 ton, para fazer frente aos contratos de ACC/ACE, que foram contratados.

Outra forma utilizada pela Companhia para minimizar esses riscos é a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDFs). Em 31/DEZ/13 a Companhia não possuía contratos dessa natureza em aberto.

21.2 Risco de crédito

As vendas a prazo para clientes na Europa e Ásia estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

Os adiantamentos a fornecedores destinados a preparação da safra são garantidos por cédulas de produto rural (CPR), que garantem recebimento das frutas, objeto do adiantamento efetuado.

21.3 Risco de taxa de juros

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados na nota 13. A

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

21.4 Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui na data do balanço, derivativos contratados e operações de hedge.

22. Cobertura de Seguros

Em 31/DEZ/13, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

Ramo	Itens segurados	Cobertura por evento	Controladora	Consolidado	Vigência final
Riscos Operacionais	Patrimônio	Danos Materiais	42.000	112.000	12/ABR/2014
Responsabilidade Civil	Veículos	Danos Corporais	-	16.000	17/MAR/14
Diretores/Funcionários	Diretores	Acidentes com DMHO	21.000	21.000	4/AGO/14
Responsabilidade Civil	Tratores	Danos Materiais	4.000	4.000	23/NOV/14

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, máquinas e veículos) foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.

23. Acordo de Incorporação

Conforme acordo de incorporação firmado entre as empresas Renar Maçãs S/A e Pomifrai Fruticultura S/A em 02/DEZ/09 e divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358/02 que trata da unificação das operações das empresas, as mesmas realizaram transações entre si com o objetivo de usufruir de ganhos financeiros e otimizar os ativos, valendo-se das melhores condições financeiras obtidas por cada uma delas junto às instituições financeiras e fornecedores. A incorporação foi concluída em 28/SET/10 e aprovado em AGE.

24. Dados para a Incorporação

Os dados seguintes detalham a composição da contraprestação paga e do ágio em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S/A, bem como a avaliação respaldada em laudo da empresa Apsis Consultoria e Avaliações (CNPJ 08.681.365/0001-30), o qual foi aprovado em AGE em 28/SET/10.

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

Em 30/SET/10 foram contabilizados na Controladora os seguintes valores (Em milhares de Reais)	
D – Investimento Pomifrai Fruticultura S/A	22.192
D – Investimento por mais valia Ativos e Passivos Líquidos	26.394
C – Patrimônio Líquido (Investimento em controlada)	48.586

Com base na análise dos peritos da empresa Apsis Consultoria e Avaliações, concluíram que o valor do patrimônio líquido da Pomifrai Fruticultura S/A a preços de mercado, calculado pela abordagem dos ativos na data de 31 de dezembro de 2009, é de R\$ 48.586 mil (quarenta e oito milhões e quinhentos e oitenta e seis mil reais).

O valor justo das 30.000.000 de ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação e transferidas em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S/A e sua controlada Pomifrai Alimentos Ltda. é de R\$ 1,62 por ação.

O valor dos ativos adquiridos exclui R\$ 79 mil de Ativo Circulante, R\$ 630 mil de ativo não circulante e R\$ 4.758 mil de ativo imobilizado, conforme consta no laudo de avaliação.

25. Medida Provisória 627/2013

Com a publicação da Medida Provisória 627/2013, encerrou a vigência do Regime Tributário de Transição (RTT), criada pela Lei 11.941/2009.

A MP instaura como fim obrigatório da RTT a partir de janeiro 2015, porem as empresas que quiserem podem optar por usar as novas regras já a partir do exercício de 2014. A Companhia tem a intensão de utilizar as novas Medidas já partir do exercício 2014.

A Companhia analisou os efeitos da aplicação dessa legislação (MP 627 e IN 1397) e os considerou imateriais em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

Nota: A Medida Provisória tem eficácia de lei por 60 dias a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogada por um período adicional de 60 dias. O Congresso deverá aprovar a Medida Provisória dentro desse prazo (ou seja, 120 dias após sua publicação). Se o congresso não aprovar a MP 627 nesse período de 120 dias – o que não é comum acontecer – a MP 627 não será mais eficaz, mas o congresso deverá abordar os efeitos da Medida Provisória durante o período da sua eficácia. Também é possível que alguns dos tópicos abordados pela MP 627 sejam alterados se e quando a MP for convertida em lei, quando da sua aprovação pelo Congresso.

26. Remuneração dos Administradores

O estatuto social estabelece que do resultado verificado no exercício, após as deduções previstas em lei e após a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio; observadas as restrições legais; será destinado até 10% a título de participação dos administradores. Em ata de Assembleia Geral realizada em 06/AGO/2013 da controladora, foram fixados os valores das remunerações: da diretoria no valor mensal total de até R\$ 45 mil/mês (distribuído aos três(3)

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

diretores), do conselho de administração no valor total de R\$ 2,5 mil/mês para cada membro e de R\$ 1,5 mil/mês para cada membro do conselho fiscal.

27. Conselho de Administração

Compõem o conselho de administração:

Marcos Wilson Pereira – Presidente;
Richard Freeman Lark Jr – Vice-Presidente;
Alexandre Machado Navarro Stotz;
Andre Alicke De Vivo;
Lúcio Adriano Caetano da Silva.

28. Conselho Fiscal

Titular:

Marcio Almeida Andrade;
Rogerio Pereira de Oliveira;
Nivaldo França.

Suplente:

Daniel Soltoski;
Osmar Luiz Soligo.

29. Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, a administração analisou e aprovou em 12/MAR/2014 as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 da Renar Maçãs S/A.

30. Resultados Operacionais

A administração está implementando as seguintes principais ações, visando a melhoria da atual situação financeira e econômica da Companhia:

- Redução de despesas, adequando a estrutura da Companhia, valendo-se da sinergia gerada com a incorporação da Pomifrai Fruticultura S/A e Renar Maçãs S/A.
- Reestruturação de diversos setores, em especial, a área agrícola, com foco em redução de custos de produção de forma a obter maior margem de contribuição na safra de 2013/2014.
- Venda de ativos imobilizados não utilizados nas atividades operacionais.

01965-8

RENAR MAÇÃS S/A

86.550.951/0001-50

- Implantação do orçamento setorial para o exercício de 2013, visando aumento de controle e a redução dos gastos.
- Reestruturação do perfil da dívida da Companhia, garantindo a fomentação (formação) da próxima safra, bem como o equilíbrio financeiro da Companhia.

31. Cláusula Compromissória de Adesão à Câmara de Arbitragem

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

"Cláusula Compromissória" consiste na cláusula de arbitragem, mediante a qual a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das sociedades anônimas, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes deste regulamento de listagem, do regulamento de arbitragem e do contrato de participação no Novo Mercado da Bovespa.

Walter Barbosa de Sousa Junior
Henrique Roloff
Evanir Ferreira de Almeida Junior
José Carlos Balestrin

Diretor Presidente
Diretor Financeiro e de RI
Diretor Comercial
Contador / CRC 015906/O-7